

Construindo a memória num espaço museológico

O Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau do Museu Marítimo de Ílhavo

Márcia Carvalho – Museu Marítimo de Ílhavo

O Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) iniciou em 2005 a concretização de um projecto de crucial importância para a preservação, arquivamento e construção de memórias da pesca do bacalhau feita por homens e navios portugueses no Atlântico Norte.

Atendendo à missão transgeracional do Museu, o Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau pretende enriquecer as colecções de património material, bem como as narrativas da sua principal exposição permanente, dedicada à “Faina Maior” (a pesca do bacalhau à linha em *dóris*), e dinamizar processos de (re)criação e pluralização desta memória no interior da própria instituição museológica.

Integrado no actual projecto cultural do MMI, o Arquivo tem vindo a concretizar-se através da recolha audiovisual de testemunhos junto do colectivo que criou e reproduziu estes patrimónios: os homens que andaram ao bacalhau, incluindo oficiais, pescadores e outras categorias profissionais de bordo, oriundos dos diversos centros de recrutamento que existiam por todo o litoral português.

Mais do que um mero instrumento de registo e de recolha serial de informação, este projecto insere-se no debate conceptual sobre os movimentos de reafirmação das identidades locais, cuja origem se atribui à ameaça de ruptura e desordem característica das sociedades contemporâneas como resultado dos processos de globalização cultural. Neste sentido, pretendemos promover uma reflexão sobre o conceito de património cultural enquanto construção social, centrando a nossa abordagem nas acções para a preservação de memórias e valores ligados a objectos patrimoniais como testemunhos de uma identidade colectiva.

A pesca do bacalhau feita por portugueses nos mares da Terra Nova remonta aos séculos XV e XVI, tendo sido interrompida ao longo dos séculos e retomada com esta técnica de pesca à linha com *dóris* em finais do século XIX.

Todos os anos, em meados de Maio, navios e homens de todo o litoral português partiam de Lisboa rumo ao grande banco da Terra Nova para pescar bacalhau. As campanhas duravam em média seis meses para coincidirem para aproveitar as melhores condições de tempo. Chegados aos bancos, as longas jornadas de trabalho organizavam-se no sentido de pescar o mais possível. Nos dias de pesca os dórís eram largados do navio-mãe, veleiros com e sem motor, e os pescadores remavam entregues a si próprios correndo perigos na esperança de carregarem o bote. Após um dia no mar, esperava-os o trabalho da escala e da salga do peixe a bordo, trabalho que só terminava quando a safra estivesse acondicionada no porão. As condições de vida a bordo eram precárias e a natureza do trabalho era intensiva e quase desumana. Os momentos mais ansiados eram a arribada ao porto de abrigo de St. Jonhs, onde os navios iam abastecer, e o regresso a casa.

Processos de representação da “Faina Maior”

A antropóloga Elsa Peralta (2008), no âmbito da sua tese de doutoramento, analisa com detalhe a activação patrimonial das vivências associadas à pesca do bacalhau à linha em Ílhavo. Quando se detém sobre as primeiras representações da “Faina Maior” no palco do Museu, a autora atribui a sua inclusão, como expressão cultural a musealizar, ao declínio da pesca do bacalhau enquanto actividade estruturante do tecido económico e social do Concelho.

As restrições à pesca em águas internacionais, ampliadas a partir dos anos 70 devido à escassez dos recursos biológicos e à crescente competição internacional, são as primeiras causas de ordem externa para o início da crise na actividade. Em 1974, no contexto da III Conferência de Direito do Mar das Nações Unidas, é aprovada a criação de Zonas Económicas Exclusivas de duzentas milhas náuticas, uma ideia defendida por um conjunto de países, onde se inclui o Canadá, que tinham como principal interesse garantir a riqueza dos seus recursos pesqueiros através de um mecanismo jurídico que lhes conferia o direito de exploração económica de territórios marítimos delimitados (Garrido, 2006). Embora Portugal tenha desenvolvido esforços no sentido de combater as limitações impostas à sua frota de navios de pesca longínqua no acesso aos bancos do Atlântico Noroeste, nomeadamente através de acordos bilaterais assinados com o Canadá e com a Noruega entre 1977 e 1985, as restrições resultantes da política de quotas de pesca eram cada vez mais adversas à sobrevivência do sector bacalhoeiro.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e a subscrição da Política Comum de Pesca, que inibe a celebração de acordos bilaterais em matéria de pescas, bem como as alterações internacionais do Direito do Mar, produziram efeitos drásticos nas pescas longínquas portuguesas. De acordo com Álvaro Garrido, “em 1986, ano de adesão de Portugal à CEE, a ‘frota portuguesa do bacalhau’ a operar na zona NAFO contava 46 navios. Dez anos depois eram 16. No final de 2005, o velho porto bacalhoeiro da Gafanha da Nazaré abriga 14 arrastões pela popa habilitados para a captura de várias espécies demersais em múltiplas áreas do Atlântico Norte” (2006: 147). No contexto interno, convém não esquecer o impacto da transição para a democracia que trouxe o desmantelamento da organização corporativa das pescas, pondo fim ao sistema proteccionista da pesca do bacalhau.

É na sequência deste processo que começamos a assistir às primeiras tentativas de representação da “Faina Maior” e das suas vivências locais no interior do Museu. O declínio das indústrias do sector (pesca e secagem de bacalhau e construção naval) e o fim da pesca do bacalhau à linha com *dóris*, deixara os armazéns das empresas armadoras repletos de artefactos que, destituídos de utilidade e sem valor material, foram resgatados e transformados em objectos patrimoniais, testemunhos da época de ouro das pescarias longínquas na Terra Nova e na Gronelândia e de um passado de glória protagonizado pela comunidade ilhavense (Garrido e Lebre, 2007). Retomando o estudo de Elsa Peralta, é importante salientar o papel dos oficiais dos navios bacalhoeiros, maioritariamente naturais de Ílhavo, na activação deste património e na sua inscrição na memória local. Gozando ainda de um enorme prestígio junto das comunidades locais, associado ao seu elevado poder económico e à autoridade que exerciam a bordo mas que se reproduzia em terra, os antigos capitães com o apoio de armadores representam-se no espaço do Museu como “heróis protagonistas de uma memória de tom épico fortemente povoada por representações quiméricas da pesca à linha com *dóris*, ‘inventando a tradição’ da Faina Maior e anunciando uma nova propriedade sobre a memória pública local” (2008: 208).

A narrativa que então se inscreve no espaço museológico com a abertura da exposição, em 1992, *Faina Maior – Pesca do Bacalhau à linha*, o primeiro ensaio de musealização de um património que pretendia declarar a herança cultural da comunidade local, recorria a elementos discursivos da narrativa épica que o Estado Novo construía em torno da pesca do bacalhau por veleiros de pesca à linha. Fazendo uso de um discurso historicista, que replicava as representações estéticas e simbólicas tecidas pelo regime salazarista, a exposição reproduzia a mitificação de tons épicos que transformara os pescadores nos herdeiros dos navegadores de Quinhentos e a Frota Branca num símbolo de grandeza nacional. Obliterando os aspectos mais dramáticos da faina, em especial a dureza das

condições de trabalho e o conflito inerente à natureza das campanhas, a narrativa construída no Museu realça o saber marinho e a aptidão dos oficiais náuticos para governar o navio.

O Museu como “lugar de memória”

Em 2001 o Museu é ampliado e renovado, passando a habitar um edifício de arquitectura moderna que vai ao encontro das ambições de afirmação patrimonial por parte do executivo municipal e da própria comunidade local. É nesse momento redefinida a vocação marítima do Museu, excluindo todas as outras referências identitárias.

A “Faina Maior” é ainda hoje o eixo temático principal do MMI, sendo uma das referências da sua programação. Em 2003, o programa cultural do Museu é reorientado no sentido de converter a instituição num “lugar de memória”, embora o Museu desenvolva o seu trabalho a pensar no futuro, pois “é nesse tempo projectado que laboram as memórias sociais ou o modo como as sociedades recordam e procuram transmitir o que contam de si às gerações que lhes sucedem” (Garrido, 2007: 168).

Na abordagem de Fernando Catroga, a memória é entendida como uma construção selectiva do passado, uma “retenção afectiva e ‘quente’ do passado, feita dentro da tensão tridimensional do tempo” (2001: 20). No processo memorial, o que se recorda são meros fragmentos dos acontecimentos vividos no passado, vertidos em narrativas memoriais onde a história e a ficção se misturam e se confundem numa constante negociação entre o “real-passado” e a “representação”. Parece-nos acertado afirmar que estamos perante a “metamemória”, ou seja, “as representações que o indivíduo faz do que viveu”, o domínio onde inevitavelmente se reproduz o que se designa por “memória colectiva e histórica”. Como refere Catroga, na esteira de Tzvetan Todorov, “quanto maior for a dimensão colectiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua ‘invenção’ e para o seu uso e abuso” (2001: 23).

Enquanto mediador da memória, o Museu tem que dar expressão à sua função social através de estratégias celebrativas que visam converter as memórias em identidades. Para que os museus sejam efectivamente “lugares de memória”, devem assumir a responsabilidade de recolher as recordações subjectivas porque, ao incorporá-las no seu discurso, garantem a perenidade dessas narrativas memoriais.

Tendo como ponto de partida a forma como a comunidade de homens que foram ao bacalhau é imaginada no espaço do Museu, pretende-se através do estudo da memória ter um melhor acesso ao sentido de certos acontecimentos.

O testemunho cultural adquire valor pelo seu significado, relacionado com a utilização que teve no contexto do colectivo que o criou e reproduziu. Tendencialmente, o conceito de

património cultural engloba testemunhos dos diferentes subsistemas que integram as culturas e exprime a totalidade das suas estruturas sociais. Neste contexto, as acções de preservação passam a contemplar as memórias e os valores simbólicos ligados aos objectos patrimoniais, mais do que o objecto em si mesmo. É a descoberta de valores e significados que, não podendo ser transmitidos somente através dos objectos, exigem lugares e cenários a que estão ligados para serem apreendidos na íntegra. Declarado pelo museu como “herança cultural”, o património associado a uma memória social expressiva ultrapassa a sua dimensão puramente material e adquire uma dimensão imaterial que suporta a função mnemónica. Este fenómeno ocorre através de processos de integração de conjuntos de ideias e de imagens, ou seja, de sistemas de representação de expressão da memória (Prats, 1997).

A ameaça da ruptura e da desordem, sintoma das transformações vividas pelas sociedades contemporâneas, introduziu-nos num processo de reconhecimento e preservação de tudo o que pode desaparecer a médio prazo. Trata-se de encontrar no património, o que Pierre Nora (1996) designou por “refúgio compensatório” e que se concretiza na necessidade que diversos grupos sentem em manter os seus contornos naturais e culturais num processo de preservação de identidades e de valores.

Consequentemente, o conceito de património cultural deixa de ser compatível com abordagens concluídas e consolidadas. Assiste-se a uma mudança de atitude em relação à envolvente cultural, isto é, em relação ao que decidimos seleccionar e denominar de “património cultural”. Deixa-se para trás a valorização predominante, em alguns casos única, centrada no interesse do próprio objecto e na sua singularidade; modificam-se os seus conteúdos e a activação patrimonial passa a provir da sua capacidade de evocação, enquanto testemunho de uma identidade colectiva e dos processos históricos que esta foi aglutinando (Torrico, 2003).

No entanto, se considerarmos a luta conduzida por vários grupos, entre quem tem legitimidade para possuir e interpretar o património, a ampliação do conceito aumenta as tensões inerentes ao processo de activação patrimonial, colocando-nos face a novos objectos de estudo.

Integrado no projecto cultural do MMI, o Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau apresenta-se como uma recolha de testemunhos inseridos no próprio contexto do colectivo que criou e reproduziu este património. Esses testemunhos acabam por ser sistemas de representação e expressão da memória em torno da qual os actores locais, ou boa parte do colectivo local, foram construindo a sua identidade.

Tendo em conta que nos encontramos no final de um ciclo, em que os seus principais actores estão perto do desaparecimento, parece-nos ser este o momento para revelar que estes utilizam a memória num processo que pode ser de reivindicação, imputação ou resistência a relações particulares e específicas entre biografia e história (Mendes, 2001). Partindo do conceito de “memórias subterrâneas”, apresentado pelo mesmo autor, o projecto pretende também privilegiar os espaços de conflito e competição entre memórias concorrentes. Trata-se de confrontar as memórias subterrâneas, constituídas e reproduzidas em redes sociais informais, com as memórias oficiais e verificar como estas se relacionam entre si e quais as condições materiais, sociais e simbólicas para se reproduzirem.

Transformada a memória em objecto de luta, é necessário identificar como funcionam as redes sociais e cognitivas que procuram impor a sua versão do passado e da identidade oficial. A memória resulta sempre de um trabalho de construção e reconstrução permanente, de um trabalho de enquadramento. O resultado fica visível em objectos materiais e é um dos ingredientes essenciais para a manutenção dos grupos e das estruturas institucionais de uma sociedade.

Considerando este contexto teórico, procurámos definir o universo de estudo de forma a contornar a questão do poder e da desigualdade no processo identitário. Deste modo, o projecto procura dar atenção a actores que ocupam diferentes posições no espaço social em análise, com níveis diferentes de capital simbólico na comunidade. Adoptando este universo aberto de testemunhos, o Arquivo procura condicionar o menos possível os processos de construção, legitimação e manutenção das identidades.

Assim, definimos como universo de estudo a totalidade dos actores vivos, pertencentes a todas as categorias profissionais de bordo de bacalhoeiros portugueses, considerando as diferentes tipologias de navios, que tiveram actividade até ao ano de 1992. Esta delimitação temporal está associada ao período em que a actividade entra em declínio e começam a surgir as suas primeiras representações no território em análise.

Recorrendo à metodologia de amostragem em bola-de-neve, numa primeira fase são realizadas entrevistas não-estruturadas, com recurso a técnicas de trabalho de campo de recolha audiovisual a naturais da região lagunar (entre Ovar e Mira) nas instalações do MMI. Numa segunda fase, com recurso às mesmas estratégias metodológicas, partimos para outros centros de recrutamento de mão-de-obra da pesca do bacalhau, por meio de redes de contactos estabelecidas com os respectivos municípios e instituições profissionais de âmbito local. Até à data foram já entrevistados cerca de oitenta tripulantes naturais de Ílhavo, Costa Nova, Caxinas, Vila do Conde, Afurada, Aveiro, Olhão, Fuzeta, Portimão e da ilha de São Miguel nos Açores.

A construção do guião de entrevista obedeceu à definição de um conjunto de dimensões estruturantes indo ao encontro dos diversos objectivos estabelecidos para o projecto, nomeadamente o de potenciar diversos eixos de investigação no futuro. Foram assim definidas as seguintes dimensões de análise:

- Caracterização sócio-demográfica da tripulação;
- Construções e usos territoriais marítimos. Conceitos aplicados por Luís Martins (1999), remetem-nos para a análise de aspectos como as tácticas de simulação relativas aos modos de reservar, no tempo possível e enquanto for vantajoso, uma área ou um movimento de pesca – revela-se em sigilos, informação deturpada, atitudes palavrosas ou silêncios que ocultam estratégias. Podem ainda ser considerados indicadores de divisão informal do espaço, as normas estabelecidas e o que pode implicar o seu desrespeito, bem como as condicionantes dos processos de territorialização;
- Evolução nos discursos e expectativas, diferenciando hierarquias de bordo e considerando o processo de declínio da pesca do bacalhau;
- Processos de construção da identidade social próprios de cada uma das hierarquias de bordo, analisando os espaços sociais ocupados, quer a bordo quer em terra, as relações sociais estabelecidas dentro e fora do universo marítimo e as estratégias de reprodução social adoptadas pelos diversos actores. Introduzimos ainda as memórias de naufrágios e tragédias colectivas, as solidariedades comunitárias e linhageiras, bem como as narrativas em torno do imaginário de vivências da captura do peixe (idem);
- Formas de organização económica e jurídica do trabalho, considerando as hierarquias de bordo, bem como as relações estabelecidas em seu resultado. Incluímos aqui os processos de remuneração e modelos de recrutamento;
- Características tecnológicas das embarcações, dos aprestos e da palamenta do *dóri*, as formas de transmissão do conhecimento associadas e a sua alteração em consequência das inovações tecnológicas. Interessa ainda estudar neste contexto quais as competências fundamentais para aprender a pescar bacalhau.

Após efectuarmos o trabalho de campo e uma vez reunidos os dados resultantes desta recolha, damos por terminada a primeira tarefa que conduzirá à preservação e partilha deste património. Admitir a sua existência e conhecer o âmbito em que se desenvolve, pretende ser o primeiro passo de uma acção que se pretende mais ampla. O Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau não pretende ser apenas uma acumulação ordenada de informação, mas uma

oportunidade para conhecer melhor as colecções que o MMI integra e constituir-se como um instrumento de trabalho que oferece novos critérios de intervenção junto das comunidades.

Considerações Finais

Como refere Susan Crane (2000), a memória não é um processo passivo, nem estático, não sendo assim estranho que surjam formas variadas da sua representação, na tentativa de cristalizar os seus significados. A este processo corresponde a fixação da memória em discursos museológicos, vertidos em recordações aparentemente eternas, organizadas no tempo e no espaço, de forma a accionar a recordação de diversos colectivos e a oferecer-lhes novos componentes da sua identidade – mesmo para os sujeitos que de outra forma nunca se sentiriam identificados com estes.

Numa época em que as instituições museológicas se encontram em aparente crise de identidade, as noções pós-modernas de conhecimento, realidade e autenticidade contribuem para questionar o conceito de museu (Anico, 2006).

Neste âmbito, o projecto que apresentámos também pretende ser uma reflexão sobre a missão, competências e perfil da instituição no âmbito do qual é desenvolvido. No entanto, o uso do Arquivo como instrumento de valorização e divulgação dos patrimónios associado à pesca do bacalhau em navios portugueses permite que o MMI cumpra o compromisso que tem para com as gerações futuras e seja capaz de lhes fazer chegar, em toda a sua complexidade social, esta herança cultural.

Bibliografia

Anico, M., 2006, “Património, museus e representações culturais locais na contemporaneidade”, in Elsa Peralta e Marta Anico (orgs.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Celta Editora, Oeiras, pp. 93-103.

Catroga, F., 2001, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.

Crane, Susan A. et al, 2000, *Museums and Memory*. Stanford University Press, Califórnia.

Fortuna, C., 2000, “La sociedad, el consumo y la crisis de los museos”, in *Revista de Museología, Monográfico Museos y Museología en Portugal. Una Ruta Ibérica para el Futuro*, Fevereiro, pp. 27-29.

Garrido, A., 2003, “O Museu Marítimo de Ílhavo – Projecto Expositivo”, in Neves, J. M., *Museu Marítimo de Ílhavo*, Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, pp.101-124.

Garrido, A., 2004, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Círculo de Leitores, Lisboa.

Garrido, A., 2006, *Economia e Política das Pescas Portuguesas*, Imprensa de Ciências Sociais.

Garrido, A. e Lebre, A., 2007, *Museu Marítimo de Ílhavo. Um Museu com História*, Âncora Editora e Câmara Municipal de Ílhavo.

Méndez, A. D., 2003, “Património intangible e inventarios. El inventario de rituales en Extremadura”, in Torrico, J. A. e Fernández de Paz, E., *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*, Junta de Andalucía, Granada, pp. 58-75.

Mendes, J. M. O., 2001, “O Desafio das identidades”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 489-523.

Martins, L., 1999, “Mares Electrónicos em fundos sem peixe: um estudo de caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas”, in *Etnográfica*, Vol. III (2), pp.235-270.

Morón, V. Q., 2003, "El patrimonio inmaterial: intangible? Reflexiones en torno a la documentación del 'patrimonio oral e inmaterial'", in Torrico, J. A. e Fernández de Paz, E., *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*, Junta de Andalucía, Granada, pp. 144-157.

Peixoto, P., 2004, "A identidade como recurso metonímico", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204.

Peralta, E., 2003, "O Mar por Tradição: o Património e a Construção das Imagens do Turismo", in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, pp. 83-96.

Peralta, E., 2008, *A Memória do Mar*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Prats, L., 1997, *Antropología y Patrimonio*, Ariel Antropología, Barcelona.

Sousa Santos, B., 2001, "Os Processos da Globalização", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 31-110.

Torrigo, J. A., 2003, "Património y derechos colectivos", in Torrico, J. A. e Fernández de Paz, E., *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*, Junta de Andalucía, Granada, pp. 12-29.